



## SÉCULO XX - A LUTA DO NEGRO CONTINUA

Claudia Lima\*

No momento em que os negros são colocados face a face, como libertos e cidadãos, entram em jogo os padrões de avaliações recíprocas elaboradas no universo escravocrata. Não são somente as situações sociais presentes que definem e determinam as relações sociais entre as pessoas. Ao lado desse fator, é necessário considerar a experiência social passada, acumulada por um e por outro, além das avaliações recíprocas efetuadas em função dessas ordens de fatores. A discriminação é um mecanismo de manutenção da distância social que foi gerada no regime escravocrata, entre negros e brancos do mesmo modo, que, um e outro, foram produzidos no mundo escravocrata.

Quando o *status* jurídico já não fixa mais à distância que separa um do outro, quando o *status* econômicos recíprocos sofrem abalos, alterando-se, os brancos reelaboram socialmente os remanescentes do antigo regime, tais como ocupações, marcas raciais, atributos morais, psicomotores, etc., para assimilar o universo do "nós" e dos "outros". Uma camada e outra camada, mesmo onde as bases reais da distinção já ruíram parcialmente ou totalmente. Assim emergem componentes como as ideologias raciais.<sup>1</sup>

A falta de compreensão do processo de constituição das novas categorias sociais foi um dos elementos que contribuiu para que atos arbitrários originados no recrutamento de soldados e marinheiros no período escravagista e recaiam sob os libertos humildes. Esses homens eram submetidos a constantes violências, que incluíam desde a péssima alimentação até castigos corporais.

As condições histórico-econômicas e sociais que produziram o novo cidadão depois da abolição e o êxodo para as capitais gerando as favelas. No início do século XX, o Rio de Janeiro é a maior cidade do Brasil. A falta de saneamento básica deixa 720 mil habitantes vulneráveis a epidemia de febre amarela, varíola e outras doenças. A população constituída de pobres e, na sua maioria de negros e pardos, é a principal vítima da ineficiência da saúde pública. Uma grande mobilização chefiada pelo médico sanitário Osvaldo Cruz conduz a reforma sanitária. A população pobre, moradora das favelas, sem entender o alcance e a eficiência das medidas, sem orientação do que se processava naquele momento, reage a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. Em 5 de novembro de 1904 é criada a Liga contra a Vacina Obrigatória, enfrentando a Lei aprovada pelo Congresso Nacional da obrigatoriedade. Assim, começam os confrontos entre populares e forças policiais. No dia 14, cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, rebela-se contra o governo federal, que ordena o bombardeio dos morros do bairro da Saúde, reduto da rebelião. Em mais um ato de repressão, dentro dos padrões escravagistas, a Lei da Vacina Obrigatória é revogada, mas a polícia ocupa o bairro da Saúde e, com o apoio do Exército e da Marinha, acaba a revolta.

As tensões da abolição não deixaram de atuar no sentido negativo, em 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes, que servia na belonave Minas Gerais, foi condenado a 250 chibatadas. Seus

---

<sup>1</sup> Octavio IANNI. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988. p. 208-209.

companheiros, obrigados, como de costume, a assistir ao castigo, não se contiveram e, na noite de 22 de novembro, se rebelaram. Os outros navios aportados na Guanabara aderiram, como também, o São Paulo, o Bahia e o Deodoro. O líder da revolta foi o marinheiro João Cândido, o Almirante negro.

Embora tenha sido precipitada pelo castigo do marinheiro, a Revolta da Chibata, como ficou conhecida, e também denominada Revolta dos Marinheiros, há muito, vinha sendo preparada pelos rebeldes que estavam razoavelmente organizados, o que lhes permitiu dominar com rapidez os quatro navios. O objetivo da revolta era simples, conforme declarou o cabo Gregório do Nascimento, que assumiu o comando do navio São Paulo: conseguir o fim dos castigos corporais e melhorar a alimentação. João Cândido enviou mensagem para o Palácio do Catete, ao governador, com ameaças de bombardear a cidade e os navios que não se rebelaram, caso suas reivindicações não fossem imediatamente atendidas.

O presidente então era Hermes da Fonseca, recém-empossado. Assim, sem outra alternativa, por iniciativa de Rui Barbosa, na época senador, foi proposto e aprovado um projeto que atendia aos marinheiros e lhes concedia anistia. Assim, os revoltosos depuseram as armas e se submeteram às autoridades. Porém as concessões do governo ficaram no papel. Os novos comandantes nomeados para os navios revoltados ordenaram a prisão de João Cândido e seus companheiros. João Cândido conseguiu sobreviver a todos os castigos, sendo enfim absolvido em julgamento realizado em 1912. O Almirante Negro faleceu em 1969.<sup>2</sup>

Mesmo as soluções pensadas construtivas tinham suas contradições, gerando desestabilizações. Os brancos admitem a semelhança do negro deixando de ser um ser estranho, posto que seja de outra natureza, quando ele passa a ser "cristão", então ele é reconhecido moral e juridicamente e sofre a metamorfose das nuances de cor. No entanto, a configuração na cidade possui este aspecto do progressivo branqueamento da população local, independente do grupo recém chegado da área rural em busca de sobrevivência.<sup>3</sup>

O universo social assimétrico elaborado pelo regime escravista encontra-se em reelaboração nas primeiras décadas do século XX, esta sociedade é uma entidade disposta em camadas sociais, os valores, padrões, normas, etc., o regime escravocrata ainda são refletidos no novo contexto social. As determinações da ideologia racial do branco se para o mito da democracia racial brasileira.<sup>4</sup> O estereótipo da preguiça é relacionada ao negro, logo a ele que foi produto e produtor da riqueza de tantas potências mundiais.

Silvio Romero, ao final do século XIX, de certo modo, define o caminho por meio do qual esse dilema vai ser abordado por grande parte dos autores que se seguiram, em sua visão, a mestiçagem da população brasileira era um fato predominantemente social e cultural, em uma fala com peculiaridades raciais afirma que "*os brancos puros e os negros puros que existem no país, e ainda não estão mesclados pelo sangue, já estão mestiçados pelas idéias e costumes, e o estudo dos hábitos populares e da língua fornece a prova dessa verdade*"<sup>5</sup>.

Neste sentido, a elite dominante brasileira pensa a mestiçagem como uma categoria que servisse de base na construção da identidade nacional, no entanto, não consegue resolver os efeitos da hierarquia dos três grupos de origem, indígena, negro e europeu e os conflitos de desigualdade raciais resultantes dessa hierarquia. Na realidade os mestiços entraram nessa relação diferencial constituindo uma categoria intermediária, hierarquizada entre brancos, negros e índios, porém o preconceito racial brasileiro baseado na

<sup>2</sup> Luiz KOSHIBA; Denise PEREIRA. *História do Brasil*. p. 274.

<sup>3</sup> Octavio IANNI. *As metamorfoses do escravo*. p.230-245.

<sup>4</sup> IBID. 250-252.

<sup>5</sup> Silvio ROMERO, 1977. p. 60-61.

cor e não na origem, reclassifica esse grupo no grupo dos brancos, demonstrando como o brasileiro foge da sua realidade étnica, de sua identidade, situando-se o mais próximo possível do modelo tido como superior.

A questão principal do problema da formação da identidade coletiva do negro se encontra entre os afrodescendentes politicamente mobilizados através dos movimentos negros e das bases negras constituídas pela maioria não-mobilizada, cujo futuro foi projetado no sonho do embranquecimento. *"Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços?"*<sup>6</sup>.

Neste sentido, o conceito de "raça" sistematiza-se na sociedade brasileira, na primeira metade do século XX, associado à medicina e a anatomia que questionavam sobre o "tipo racial", em referência ao tipo físico, em permanentes discussões em biologia experimental e comportamental, fora dos argumentos das características raciais, bem como dos aspectos culturais.

A Assembléia Geral da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura, em 1949, convocou especialistas para debater o conceito de "raça" visando, entre outros objetivos, estudar, coletar e difundir material científico, bem como preparar uma campanha educacional.

A chamada "Primeira Declaração sobre Raça" foi tornada pública em julho de 1950, e alguns de seus principais pontos são: enfatizar que as diferenças biológicas entre grupos humanos são devidas à operação de formas evolutivas e que a espécie humana é constituída por "populações", na dimensão neodarwiniana<sup>7</sup> do termo; raça designa um grupo ou população que se caracteriza por concentração de partículas hereditárias (genes) ou atributos físicos, que podem variar ao longo do tempo; a história humana e estudos biológicos demonstram que o espírito cooperativo é natural e arraigado nos seres humanos, ou seja, o ódio racial não lhes seria uma característica intrínseca, natural; os grupos humanos não diferem em suas características mentais inatas, seja inteligência ou comportamento (Unesco: 1952).

A trajetória do conceito de raça<sup>8</sup> foi sendo transformada, passando por conceitos e teorias da perspectiva tipológica-descritiva<sup>9</sup> (escala das raças) para a genética, para que se aproximasse ao máximo de "população".

O Estatuto sobre Raça da Unesco, marca na década de 50, do século XX, um momento especial da transição do conceito de "raça" a "população", antes da noção de "cultura", quando a questão transpôs as discussões dos círculos acadêmicos mais restritos e alcançou o interesse público, desencadeou no ano seguinte nova reunião com o argumento que raça é uma questão de interesse para muitos tipos diferentes de pessoas, não somente para o público em geral, mas para sociólogos, antropólogos e biólogos, especialmente para aqueles lutando com problemas de genética e, que na primeira discussão do problema de raça foram, principalmente, os sociólogos que emitiram suas opiniões e que formularam a declaração. Além disso, a primeira declaração não traduzia, em todos os detalhes, a convicção dos grupos de biólogos e antropólogos físicos.

---

<sup>6</sup> Kabengele MUNANGA, 1999. p. 17.

<sup>7</sup> NEODARWINIANA: Baseada no conceito de Charles Darwin, desenvolvido na chamada "segunda revolução darwiniana", nos anos 40, do século XX propondo "população" enquanto unidade básica de análise.

<sup>8</sup> Ver mais em Marcos Chor MAIO e Ricardo V. SANTOS. *Raça, Ciência e Sociedade*. Brasília: Fiocruz, 1976.

<sup>9</sup> Ver mais sobre o assunto em: S. J. Gould. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991; S. J. Gould. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

A segunda reunião aconteceu em 1951 e o texto da segunda declaração<sup>10</sup> teve poucas diferenças e importantes eliminações, trazendo a questão biológica, com menos observações de cunho filosófico, porém menos enfática no tocante ao "determinismo cultural".

No Brasil, a questão "raça" tem sido sistematicamente estudada desde as últimas décadas do século XIX, até os anos de 50 e 60, do século XX, com desdobramentos até o presente.

---

\* Claudia Lima: Graduação em Comunicação Social, Especialização em História do Brasil, Mestra em Gestão de Políticas Públicas pela Fundação Joaquim Nabuco, folclorista, etnógrafa, pesquisadora e escritora.

Site: [www.claudialima.com.br](http://www.claudialima.com.br)

E-mail: [claudiarochalima@yahoo.com.br](mailto:claudiarochalima@yahoo.com.br)



---

<sup>10</sup> UNESCO. *The Race Concept: Results of an Inquiry*. Paris: Unesco, 1952.